

Líderes da Câmara e Senado tentam hoje acordo para apressar projetos

SCHEILA BERNADETE

Líderes partidários das duas Casas do Congresso tentam hoje entrar em acordo para dar prosseguimento aos trabalhos legislativos, há vários meses restritos a atividades nas comissões e pronunciamentos de plenário. Na Câmara, eles tentarão agilizar a votação das matérias prioritárias até o final do semestre, como o ajuste fiscal, as leis eleitorais e partidárias, a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas, a lei da advocacia geral da União e a reforma agrária. Outras propostas em pauta, como a modernização dos portos, a nova legislação de licitação e contratos públicos e a limitação de despesas com o funcionalismo, aguardam uma definição dos senadores, desde

julho.

O presidente do Senado, Mauro Benevides, acredita que ainda esta semana deverão ser votadas propostas já incluídas na ordem do dia como a que regulamenta o número de vereadores e a lei orgânica dos partidos. A primeira proposta enfrenta a oposição dos representantes das capitais e grandes municípios, que temem uma diminuição do número de cadeiras nas Câmaras Municipais.

O projeto que privatiza os portos no País é outra polêmica matéria que deverá ser decidida amanhã, na Comissão de Assuntos Econômicos. Conforme o senador Affonso Camargo (PTB-PR), relator da proposta, o acordo de lideranças feito na Câmara foi ratificado, sendo re-

jeitadas todas as 119 emendas apresentadas pelos senadores. A maior dificuldade de acordo é a inclusão feita pelo senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE), da proposta constituindo uma comissão paritária formada por representantes de trabalhadores portuários avulsos e de empresários do setor.

Câmara — A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que tramita na Câmara desde a legislatura passada, está incluída na ordem do dia para ser votada amanhã, em plenário. A maior dificuldade é analisar as 1.263 emendas apresentadas à matéria, segundo os líderes. Outra proposta de difícil acordo, que também passa de gaveta em gaveta pelas comissões da Câmara, há mais de três anos, é a que prevê a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas.

Segundo o relator, deputado Manoel Castro, antes de um parecer, ele vai discutir o projeto com o Governo. "Se dependesse de mim, entregaria em 15 dias, mas é preciso antes já ter um acordo definido", diz ele, prevendo que a nova legislação não deverá ser apreciada este ano. Entre algumas das maiores polêmicas, o parlamentar cita a própria definição do conceito de lucro. "Como vamos saber quais os setores deficitários e superdotados?". O substitutivo do Senado que cria a Advocacia Geral da União e a proposta de reforma agrária, listadas como matérias prioritárias, sofrem a mesma dificuldade de entendimento. A primeira, devido à polêmica emenda do senador Cid Sabóia de Carvalho (PMDB-CE), vista por grande parte de deputados como um "novotrem da alegria em andamento", conforme analisa o deputado Hélio Bicudo (PT-SP). Esta proposição foi rejeitada na Câmara, quando votada pela primeira vez. A maior polêmica sobre o projeto de reforma agrária está no conceito de "terra produtiva", para efeito de desapropriação.

CÂMARA DE REPRESENTANTES DO BRASIL 24 NOV 1992